

Tortura contra as mulheres no México: os factos e os números

## **Mulheres nas prisões**

As mulheres constituem quase 7% da população prisional nos centros de detenção federais do país (fonte: Comisión Nacional de Seguridad, 2016).

A vasta maioria das mulheres em prisões federais no México são pessoas com uma primeira condenação, e quase sempre condenadas em crimes relacionados com o narcotráfico.

Há indícios que sugerem que a tortura e outros maus-tratos são usados com frequência contra as pessoas acusadas de crimes com elevada visibilidade e que recaem na alçada da estratégia de segurança pública da chamada “guerra às drogas”. Das 100 mulheres entrevistadas pela Amnistia Internacional nesta investigação, 33% foram acusadas de pertencer a grupos de crime organizado, 23% de crimes ligados ao narcotráfico, 22% de rapto e 14% de posse ilegal de armas de fogo.

A população prisional federal é largamente formada por pessoas oriundas de contextos de baixos rendimentos. Dados do sistema prisional federal do México mostram que 60% das mulheres presas não completaram o 3º ciclo escolar (fonte: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2012).

De entre os casos que a Amnistia Internacional documentou no relatório [“Surviving death: Police and military torture of women in Mexico”](#), a maioria das mulheres ganhava entre mil e cinco mil pesos por mês (entre os 63 e 270 euros), com algumas delas a serem pagas muito menos.

## **Tortura contra as mulheres**

A Amnistia Internacional entrevistou 100 mulheres em prisões federais no México sobre os atos de tortura e outros maus-tratos a que foram sujeitas durante a detenção e interrogatórios pela polícia ou por militares.

Todas as 100 disseram ter sofrido alguma forma de assédio sexual ou de abuso psicológico durante a detenção ou nas horas que se seguiram.

97 declararam que sofreram violência física na detenção ou nas horas seguintes.

79 testemunharam terem sido agredidas na cabeça, 62 no estômago ou no tórax, 61 nas pernas e 28 nas orelhas (as agressões na cara são deliberadamente excluídas para evitar ferimentos muito visíveis).

33 reportaram terem sido violadas por polícias municipais, estaduais ou federais ou por membros do Exército e da Marinha. Nas detenções feitas pelas autoridades municipais e estaduais e pelos militares, a violação foi denunciada em pelo menos metade dos casos. De entre as dez detenções levadas a cabo pela Marinha que foram documentadas nesta investigação, em oito houve

violação das mulheres.

66 destas mulheres relataram ainda ter denunciado os abusos sofridos às autoridades, mas só foram iniciadas investigações em 22 casos. A Amnistia Internacional não tem conhecimento de quaisquer acusações criminais resultantes dessas investigações.

### **Tortura e outros maus-tratos no México**

2 403 – é o número de queixas-crime sobre tortura que foram recebidas pela Procuradoria-geral Federal do México em 2014.

0 – é o número de acusações que a Procuradoria-geral Federal confirmou à Amnistia Internacional terem sido formuladas em 2014 e 2015.

0 – é o número de militares do Exército que foram suspensos de serviço durante investigações a alegações de “violação” e de “abusos sexuais” entre 2010 e 2015.

12 110 – é o número de relatos de atos de tortura e de outros maus-tratos registados nos organismos de *ombudsman* locais e nacionais de direitos humanos em apenas um ano: 2013.

15 – é o número de condenações por tortura que foram pronunciadas em tribunais de instância federal desde 1991 (fonte: Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2015).

## **HISTÓRIAS INDIVIDUAIS**

### **Verónica Razo: detida há cinco anos a aguardar o fim do julgamento**

Verónica Razo tem 37 anos e dois filhos. Foi raptada por homens envergando roupas civis quando caminhava numa rua perto de casa no centro da Cidade do México a 8 de junho de 2011. Levaram-na para um armazém da Polícia Federal, onde ficou detida durante 24 horas e foi torturada.

Esta mulher foi espancada, submetida a quase asfixia e a choque elétricos e repetidamente violada por vários agentes da polícia. Ameaçaram-na e forçaram-na a assinar uma “confissão”. Após os interrogatórios da polícia e dos procuradores, perdeu os sentidos e foi levada de urgência para um hospital onde foi assistida por apresentar um quadro clínico de frequência cardíaca com palpitações graves.

A polícia alega que só deteve Verónica no dia seguinte e foram-lhe formuladas acusações de pertencer a uma rede de raptos. Porém, na noite em que a polícia diz tê-la detido, já a mãe de Verónica Razo tinha reportado às autoridades locais o desaparecimento da filha.

Dois anos após a detenção, psicólogos da Procuradoria-geral Federal do

México confirmaram que Verónica apresentava sintomas consistentes com tortura. Esta mulher está há cinco anos na prisão à espera do fim do julgamento. A filha de Verónica tinha seis anos quando ela foi detida e o filho 12. Este último, agora com 18 anos, não pôde ir para a universidade devido ao fardo financeiro que a detenção da mãe tem representado para toda a família. A mãe de Verónica teve de deixar a casa onde vivia e vender a loja que tinha para conseguir dar resposta às necessidades de acompanhar a filha neste processo.

### **Tailyn Wang: sofreu um aborto espontâneo no gabinete de um procurador após espancamento brutal pela polícia**

Tailyn Wang estava de aproximadamente sete semanas de gravidez quando agentes da polícia federal apareceram de rompante em sua casa, em fevereiro de 2014. Foi levada para instalações da polícia sem nenhum mandado de captura. Após prolongadas agressões e abusos sexuais às mãos dos agentes federais, Tailyn sofreu um aborto espontâneo num gabinete da Procuradoria-geral da Cidade do México.

Dois médicos que trabalham para as autoridades estaduais examinaram-na quando ainda estava sob custódia oficial e, apesar das lesões patentes, um desses clínicos não fez o exame adequado e rejeitou as alegações de Tailyn de que fora brutalmente espancada. Nenhum dos médicos reportou às autoridades devidas as denúncias feitas por Tailyn de que fora sujeita a tortura e a maus-tratos.

Tailyn Wang não recebeu qualquer medicação para as dores que tinha; foram-lhe dados apenas dois toalhetes de papel para enfiar nas calças, antes de a apressarem a sair do gabinete, algemada, e a enfiarem num voo comercial para ser transferida para uma prisão federal. Quando o avião aterrou em Tepic, no Noroeste do México, o assento em que ela fizera a viagem estava empapado de sangue.

Esta mulher informou os responsáveis prisionais que sofrera um aborto espontâneo; a reação que teve foram gritos. Já só na prisão federal e pelo menos quatro dias passados desde a detenção é que Tailyn Wang foi informada de que tinha sido acusada de pertencer a um grupo de raptos e acusada de atos de crime organizado.

Esteve a perder sangue durante cinco dias mais sem lhe serem prestados nenhuns cuidados médicos. Tailyn continua na prisão a aguardar o fim do julgamento. Apesar de ter denunciado há mais de dois anos a tortura que sofreu, ainda não foi examinada por nenhum médico forense oficial para documentar os atos de tortura e outros maus-tratos a que foi sujeita.

### **Maria Magdalena Saavedra: avaliada como “psicologicamente sã” por um médico da Marinha depois de ter sido violada**

Magdalena foi raptada por *marines* mexicanos em uniforme da Marinha quando estava em casa, a 10 de maio de 2013, na cidade de San Luis Potosí. Os

*marines* irromperam quarto a dentro e espancaram-na ao mesmo tempo que gritavam fazendo-lhe perguntas. Acusaram-na de controlar as finanças de um grande grupo de traficantes de drogas.

Enfiaram-lhe um saco na cabeça até ela sufocar e perder os sentidos. Forçaram-na depois a entrar numa carrinha e ali continuaram a agredi-la e a violarem-na com objetos. Mais tarde, Maria Magdalena Saavedra foi levada para um edifício que diz que parecia ser uma esquadra de polícia, onde foi submetida a choques elétricos nos órgãos genitais e na boca. Ameaçaram ainda magoar-lhe a filha, cuja morada tinham obtido ao vasculhar os pertences de Magdalena. A tortura às mãos dos *marines* durou 20 horas.

Maria Magdalena Saavedra foi finalmente levada para as instalações da Procuradoria-geral Federal e forçada a assinar uma “confissão” com as impressões digitais. No caminho para o edifício, um *marine* continuou a agredi-la. Já na Procuradoria-geral, foi apresentada aos jornalistas como uma criminosa tanto pela polícia como por responsáveis da Marinha.

O médico da Marinha mexicana que a examinou após a detenção avaliou que “a detida se encontrava ‘psicologicamente sã’”. Na primeira audiência em tribunal, passados alguns dias, a descrição do estado de Magdalena feita pelo juiz contrasta radicalmente com a que foi documentada pela Marinha: “a suspeita chorava aos soluços, e manifestava sinais de tensão, depressão e ansiedade”, descreveu o magistrado. Quando a Amnistia Internacional entrevistou esta mulher no início de 2016, mais de três anos passados desde a sua detenção, ainda se observavam com clareza as cicatrizes dos ferimentos que sofreu, além de que apresentava sinais claros de trauma. Maria Magdalena Saavedra continua na prisão à espera do fim do julgamento.

### **Denise Blanco e Korina Utrera, humilhadas por serem lésbicas e violadas pela Marinha**

A 27 de agosto de 2011, Korina de Jesús Utrera Domínguez, de 25 anos, e a namorada, Denise Francisca Blanco Lovato, estavam em casa de Korina na cidade de Tabasco, no Sul do México, quando um grupo de *marines*, armados e envergando uniformes camuflados, entrou à força e começaram a espancá-las e a gritar com elas. Ambas foram vendadas e levadas para uma base naval, sem nenhum mandado de captura.

Ali foram as duas violadas e submetidas a quase asfixia e a choques elétricos. Segundo Korina, um dos *marines* tentou enfiar o pénis na sua boca enquanto lhe gritava: “Vamos, cabra, prova”. E quando os *marines* a tentaram obrigar a comer comida do chão, um deles gritou: “Chega! Elas ainda nos vão processar!”

Denise foi também violada por *marines*, que lhe enfiaram dedos enluvados na vagina e lhe administraram choques elétricos nos órgãos genitais. Esta mulher contou aos investigadores da Amnistia Internacional que os *marines* gritavam com ela e também com Korina, chamando-lhes “porra de lésbicas”.

Só ao fim de mais de 30 horas após a detenção, as duas mulheres foram finalmente levadas à presença de um procurador público, no estado vizinho de Veracruz. Aí, Korina foi pressionada a assinar uma “confissão” onde admitia estar envolvida num grupo de crime organizado e em crimes de narcotráfico. Denise foi acusada dos mesmos crimes.

Korina Utrera reportou a um médico da Marina aquilo que os *marines* lhes tinham feito, o qual lhe respondeu friamente: “Cala-te. Não digas mentiras.”

Ambas as mulheres denunciaram perante um juiz os atos de tortura a que foram sujeitas, mas essas alegações foram posteriormente ignoradas em instância de recurso. A Procuradoria-geral Federal deu início a uma investigação às denúncias de tortura alegadamente cometida pelos *marines* e, quatro anos mais tarde, médicos forenses oficiais examinaram Korina e Denise. Um ano passado desde esse exame, as duas mulheres continuam sem saber quais foram os resultados da avaliação clínica. Quando o relatório da Amnistia Internacional foi finalizado, ambas permaneciam presas e a aguardar o fim do processo judicial penal em que são arguidas. Nenhum *marine* foi acusado de qualquer crime neste caso.